



SAÚDE PÚBLICA AO CENTRO

boletim do centro regional de saúde pública do centro

Nº 0 Setembro de 2004

ÍNDICE

Editorial	1
Em destaque: <i>IV Encontro de Promoção da Saúde no Local de Trabalho</i>	2
Notícias	3
Actualidades legislativas: <i>regime jurídico das perícias-médico legais</i>	4
Leituras aconselhadas	5
Locais de interesse na <i>Internet</i>	6
Actualização científica: <i>Probióticos, alimentação e saúde</i>	7
Artigo: <i>EURO 2004 - avaliação preliminar</i>	8
Opinião: <i>Mais qualidade e segurança alimentar – uma necessidade premente</i>	9

EDIÇÃO:

Centro Regional de Saúde Pública do Centro
R. Augusta, nº 27-1º
3000-061 Coimbra
Telefone 239 488 080 Fax 239 483 077

Endereço electrónico: crsp.centro@arscentro.min-saude.pt



SAÚDE PÚBLICA AO CENTRO

Boletim do Centro Regional de Saúde Pública do Centro

Nº 0 Setembro de 2004

Director:

Dr. José Manuel Azenha Tereso

Directores-adjuntos:

Dr. Fernando José Lopes (CRSPC)
Enfª Maria Alice Quintas Santos Alves Carvalho (CRSPC)
Dr. José Manuel Lopes de Almeida (Aveiro)
Dr. José Tavares Fernandes (Castelo Branco)
Drª Maria Benilde Gomes Faria Moita (Coimbra)
Drª Maria José Pereira Dias Cardoso Ferreira (Guarda)
Dr. Rui Couceiro Neto da Silva (Leiria)
Dr. José Armando Marques Neves (Viseu)

Conselho redactorial:

Luís Oliveira (LO)	luisoliveira@arscentro.min-saude.pt
Eduardo Duarte (ED)	asmvelho@srscoimbra.min-saude.pt
Lúcio Meneses Almeida (LMA)	lucioalmeida@arscentro.min-saude.pt
João Breda (JB)	joaobreda@arscentro.min-saude.pt

COLABORADORES NESTE NÚMERO:

ILÍDIA DUARTE, médica de Saúde Pública

JOÃO BREDA, nutricionista

SÓNIA VELOSO, técnica de Saúde Ambiental



Conselho permanente:

Alberto Tavares, Alberto Ferreira, Ana Félix, António Morais, Cândida Ramos, Carmen Clara Soares, Cristina Santos, Eugénio Cordeiro, Graça Amaral, Ilídia Duarte, Ilídio Ferreira, Isabel Lança, João Breda, João Crisóstomo Borges, Lúcio Meneses Almeida, Luís Oliveira, Maria João Pedroso, Rosa Castela, Sofia Bernardes, Sónia Veloso

Conselho Consultivo do Centro Regional de Saúde Pública do Centro:

Cristina Carmona, Eduarda Oliveira, Isabel Neves, Manuela Estêvão, Marques Neves, Rui Couceiro



EDITORIAL

Nunca, como na actualidade, a Saúde Pública teve a possibilidade de dar um contributo tão decisivo na promoção e preservação da saúde das populações: de facto, não obstante os formidáveis ganhos em saúde no último século, a globalização, as doenças emergentes, o envelhecimento das populações impuseram-se como desafios da maior transcendência.

A investigação de surtos epidémicos infecciosos (antigos e novos agentes), a promoção da saúde através dos seus determinantes positivos e o Planeamento e a Administração em Saúde são algumas das áreas - de crucial importância para o bem-estar das populações - em que a Saúde Pública enquanto instrumento da intervenção comunitária pode e deve assumir o seu papel.

Os profissionais de Saúde Pública, integrados numa equipa pluridisciplinar e multidinâmica constituída por médicos de saúde pública, enfermeiros de saúde comunitária, engenheiros sanitários e do ambiente, técnicos de saúde ambiental, técnicos de serviço social, bem como especialistas noutras áreas profissionais, têm de se assumir, inequivocamente, como veículos da informação e do conhecimento em saúde e como promotores das vontades e aspirações legítimas das populações e do seu bem-estar geral.

Este Boletim tem como finalidade primordial a difusão de informação pertinente aos profissionais de Saúde Pública da nossa Região de Saúde, sem descurar os restantes profissionais (médicos, enfermeiros e outros) no âmbito dos cuidados de saúde primários; com o presente número ("experimental") pretendemos avaliar o impacto desta publicação, bem como introduzir as alterações necessárias a uma procura constante da qualidade.

De facto, numa sociedade do conhecimento e da informação, marcada pela mudança e pelo imperativo da formação contínua, é indispensável a existência de instrumentos de actualização científico-profissional; desta forma, pretende este Boletim auxiliar os profissionais de Saúde Pública no seu esforço diário de actualização permanente.

*No entanto, não foi descurada a vertente de valorização científica e curricular, através da publicação de artigos científicos originais em **separata científica**, após parecer de qualidade da Assessoria Científica deste Centro Regional.*

Estamos, pois, abertos a sugestões e críticas, e ao contributo dos profissionais desta Região de Saúde.

Esperamos que este boletim - que se pretende de periodicidade trimestral - venha a ser uma fonte de informação útil e actualizada.

*Contamos com todos os profissionais de saúde da Região Centro, neste desafio **de todos e de cada um de nós**.*

A todos quantos tornaram possível a edição deste número e, muito em particular, à Sub-região de Saúde de Coimbra - na pessoa do seu Coordenador Dr. Luiz Miguel de Mendonça Soares Santiago - o nosso agradecimento.

José Manuel Azenha Tereso

Coordenador do Centro Regional de Saúde Pública do Centro



DESTAQUE

IV ENCONTRO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE NO LOCAL DE TRABALHO EM COIMBRA

Vai realizar-se no próximo dia 21 de Outubro, no Auditório Principal dos Hospitais da Universidade de Coimbra, o IV Encontro de Promoção da Saúde no Local de Trabalho.

Trata-se duma organização conjunta da Direcção-Geral da Saúde e dos Centros Regionais de Saúde Pública, tendo como "anfitrião" o Centro Regional de Saúde Pública do Centro (CRSPC).

Prevê-se no período da manhã um painel de intervenções dos 5 centros regionais de Saúde Pública relativamente a esta temática. Depois do almoço, serão abordados os principais determinantes de saúde no local de trabalho: tabaco (Eng.^a Isabel Lança e Dr.^a Sofia Bernardes, CRSPC), álcool (Dr.^a Alexandra Bento, CRA-Norte), stresse (Dr. Luís Gamito, Hospital Júlio de Matos) e actividade física (Prof. Luís Sardinha).

O Dr. João Crisóstomo Borges, do CRSPC e da Faculdade de Medicina de Coimbra (FMC) abordará a prevenção de acidentes no local de trabalho, enquanto que a alimentação e segurança alimentar serão abordadas pelo Dr. João Breda, do CRSPC e DGS.

As inscrições são gratuitas (ainda que limitadas à capacidade do auditório) e podem ser dirigidas por correio, fax ou *mail* para a Divisão de Promoção da Saúde da Direcção-Geral da Saúde ou para o CRSPC (Secretariado: D. Carmen Clara Soares ou D. Graça Amaral - Rua Augusta, 27-1º 3000-061 Coimbra, fax 239 483 077 e *mail* crsp.centro@arscentro.min-saude.pt).

LMA

PROGRAMA

8:30 h - Abertura do secretariado

09:30 – Sessão de Abertura, Presidida pelo Director-Geral e Alto-comissário da Saúde

09:45 – Conferência: Promoção da Saúde no Local de Trabalho. Dr.^a Emília Nunes (DGS)

10:15 – Café

10:45 – Painel: Intervenções dos Centros Regionais de Saúde Pública. Moderador: Prof. Doutor Carlos Silva Santos

Gestão do stresse no local de trabalho - uma proposta de intervenção. Dr.^a Gabriela S. Krakhofer (CRSPN)

Necessidades e expectativas em saúde dos profissionais da SRS de Coimbra. Dr. Fernando Lopes, Enf. José Coimbra (CRSPC)

Do passado ao presente. Perspectivar o futuro. Dr.^a S. Moreira, Dr. Mário Castro. (CRSPLVT)

Importância da interdisciplinaridade de serviços - estudo epidemiológico. Dr.^a Ana Amorim, Dr.^a Maria do Rosário Pires (CRSP- Alentejo)

Dificuldades e oportunidades na promoção da saúde no local de trabalho na Região do Algarve. Dr.^a Valentina Tavares (CRSP-Algarve)

12:30 – Sessão de Honra, Presidida por Sua Excelência o Ministro da Saúde

12:45 – Almoço de trabalho

14:30 – Painel: Propostas Inovadoras para a Acção. Moderador: Prof. Doutor Luís Graça

Tabaco no Local de Trabalho. Eng.^a Isabel Lança, Dr.^a Sofia Bernardes (CRSPC)

Álcool no Local de Trabalho. Dr.^a Alexandra Bento (CRA-Norte)

Stresse no Local de Trabalho. Dr. Luís Gamito (H. Júlio de Matos)

15:45 – Intervalo

Actividade física no Local de Trabalho. Prof. Doutor Luís Sardinha (FMH)

Prevenção de Acidentes no Local de Trabalho. Dr. João Crisóstomo Borges (CRSPC, FMUC)

Alimentação e Segurança Alimentar no Local de Trabalho. Dr. João Breda (CRSPC, DGS)

17:00 – Sessão de Encerramento



NOTÍCIAS

Colaborador do CRSPC nomeado representante português na área da Nutrição junto da OMS

O nutricionista João Breda, do CRSPC, foi recentemente nomeado representante nacional na área da nutrição junto da OMS.

Licenciado em Nutrição pela Universidade do Porto, é Mestre em Saúde Comunitária pela Universidade Nova de Lisboa e doutorando pela Universidade do Porto. MBA em Gestão pela *European University*.

Trata-se dum dos mais proeminentes especialistas portugueses na área, com inúmeros trabalhos e publicações na área da alimentação e dos problemas ligados ao álcool, tendo trabalhado no Centro Regional de Alcoologia Maria Lucília Mercês de Mello (CRA-Centro) e na Direcção-Geral da Saúde (onde ainda se mantém).

Desde o presente ano que o Dr. João Breda colabora activamente com o CRSPC.

LMA

Laboratório de Saúde Pública de Coimbra em obras

Encontra-se em obras – previsivelmente até ao final do ano – o laboratório da Sub-região de Saúde de Coimbra (instalações provisórias: **Rua Pedro Monteiro, 72 3000-329 Coimbra**).

Desta forma, as análises de água urgentes serão realizadas em Leiria e Aveiro – no primeiro caso, a cooperação interinstitucional já foi protocolada, enquanto que, relativamente a Aveiro, prevê-se (brevemente) a assinatura de protocolo.

Para tal, devem as Autoridades de Saúde (entidade requisitante) contactar o responsável pelo Laboratório de Coimbra (Dr. João Crisóstomo Borges) através do telefone 239 792 050 ou fax 239 792 051.

LMA

Novas instalações do CRSPC e do laboratório de Saúde Pública de Coimbra

Foi recentemente anunciado em conferência de imprensa pelo Senhor Presidente da ARS do Centro, Dr. Fernando de Andrade, que as novas instalações do CRSPC e do laboratório de Saúde Pública de Coimbra se irão localizar no edifício presentemente alocado à extensão de saúde da Sá da Bandeira do Centro de Saúde de Celas.

Para que este local possa receber estes organismos, serão realizadas profundas obras, já contempladas em PIDDAC para 2005 e seguintes, estando, desde já, prevista a colaboração do INSA no estudo funcional deste novo laboratório.

LMA

Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças

Deverá entrar em funcionamento em Maio do próximo ano o Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças, que ficará sediado na Suécia (Estocolmo).

Este congénere europeu do CDC de Atlanta, dependente da Comissão Europeia, tem como finalidades a vigilância epidemiológica a um nível europeu (e, portanto, superior à área de influência da União Europeia), a manutenção de uma rede europeia de laboratórios de referência, bem como assistência técnica (na investigação de surtos, por exemplo) a países europeus e países terceiros.



Outra das finalidades deste Centro é potenciar os recursos humanos existentes ao nível dos países na área das doenças transmissíveis, criando painéis de peritos para fundamentar cientificamente decisões em saúde pública.

Para mais informações contactar o seguinte endereço electrónico da Comissão Europeia: http://europa.eu.int/comm/health/ph_overview/strategy/ecdc/main_task_ecdc_en.htm.

LMA

Projecto *Trustinfood* lança a sua primeira newsletter

No âmbito do projecto europeu na área da segurança alimentar sugestivamente intitulado *Trustinfood* (“confiança na alimentação”) que tem como participante a Agência nacional para a Qualidade e Segurança Alimentar (AQSA) foi lançada a primeira newsletter. A equipa nacional é constituída por Pedro Graça, Mafalda Domingues e M. D.V. Almeida.

No âmbito deste projecto, foi realizado em 6 países da União Europeia (incluindo Portugal) um inquérito que “pretende analisar as condições sociais e institucionais para a produção e manutenção da confiança na alimentação”, incluindo o papel dos vários sectores da sociedade (autoridades públicas, consumidores, meios de comunicação social e outros).

Assim, e no que diz respeito à confiança dos consumidores por país participante, esta é elevada no Reino Unido, Dinamarca e Noruega e baixa nos países meridionais incluídos no estudo (Portugal e Itália). A Alemanha apresenta valores intermédios de confiança.

O nosso país (mais uma vez acompanhado pela Itália) apresenta, ainda, elevados níveis de pessimismo relativamente à qualidade e segurança alimentar. Está disponível em inglês uma sinopse dos resultados deste estudo comparativo. Para mais informações consultar o site www.trustinfood.org/.

LMA

ACTUALIDADES LEGISLATIVAS

Lei 45/2004 de 19 de Agosto – “Regime jurídico das perícias médico-legais e forenses”

Encontra-se em vigor desde dia 20 de Agosto (dia seguinte à sua publicação em Diário da República) a Lei nº 45/2004 que estabelece o regime jurídico das perícias médico-legais e forenses.

Esta legislação incide essencialmente sobre as aludidas perícias médico-legais, mas contém algumas inovações sobre a intervenção das Autoridades de Saúde – especialmente no artigo 16º. É indispensável a leitura atenta desta Lei, mas deixa-se aqui um resumo do citado artigo.

Assim, no caso dos óbitos ocorridos fora das instituições de saúde, em situações de morte violenta ou de causa ignorada, haverá sempre lugar à intervenção imediata da autoridade policial (artigo 16º, nº 1), que irá:

- inspeccionar e preservar o local,
- comunicar a ocorrência e circunstâncias apuradas à Autoridade Judiciária
- providenciar, nos casos de crime doloso (ou suspeição) pela comparência do perito médico da Delegação do Instituto de Medicina Legal ou do correspondente gabinete médico-legal da escala.

Pelo contrário, as Autoridades de Saúde continuam a ser chamadas a intervir, pelas autoridades policiais, quando os óbitos tenham ocorridos fora das instituições de saúde, em situações de morte violenta ou de causa ignorada mas sem suspeita de crime doloso – e ainda quando haja suspeita de crime doloso mas a ocorrência tenha tido lugar em comarca “não compreendida na área de actuação das delegações do Instituto ou de gabinetes médico-legais em funcionamento”, se nenhum outro médico tiver comparecido previamente (sic – artigo 16º, nº 3).

SAÚDE PÚBLICA AO CENTRO Nº 0 Setembro de 2004

Portanto, na generalidade dos casos será a Autoridade de Saúde quem vai ser chamada a intervir (se o INEM não é chamado primeiro)! A Autoridade de Saúde será chamada a intervir caso não haja suspeita de crime doloso. Também será chamada a intervir caso haja “manifesta impossibilidade de contactar o perito médico em serviço de escala” (sic – artigo 16º, nº 4). E também já é usual ser a Autoridade de Saúde quem intervém no caso de não ser possível contactar o Médico Assistente! Ou seja, pelas várias razões intervém quase sempre (se, repete-se, o INEM não for chamado primeiro).

Uma outra inovação, está também prescrito que “em todas as situações em que não haja certeza do óbito, as autoridades policiais ou os bombeiros devem conduzir as pessoas com a máxima brevidade ao serviço de urgência hospitalar mais próximo “ (sic – artigo 16º, nº 6).

Compete às autoridades policiais a remoção dos cadáveres (artigo 16º, nº 7), podendo requisitar a colaboração dos bombeiros, dos serviços médico-legais, dos serviços de saúde ou de agências funerárias (artigo 16º, nº 9). As despesas inerentes (...) são satisfeitas pelo Cofre Geral dos Tribunais (artigo 16º, nº 11).

LO

LEITURAS ACONSELHADAS

Título: *Principles of risk assessment of food and drinking water related to human health [Princípios de avaliação do risco alimentar em saúde humana]*

Categoria: *Monografia*

Número de páginas: 34

Edição: *ILSI (International Life Sciences Institute) Europe*

Data e local de publicação: *Bruxelas, 2001*

Depósito: *CRSPC - fotocópia*

Comentários: Nesta monografia, editada pelo “bureau” europeu do *International Life Sciences Institute (ILSI)*, são abordados aspectos essenciais

na avaliação do risco (*risk assessment*) em segurança alimentar.

Trata-se dum processo de abordagem sistemática que está integrado no processo global de análise do risco (*risk analysis*).

Esta monografia destina-se a profissionais de Saúde Pública e autoridades envolvidas na segurança alimentar, bem como a investigadores na área da avaliação do risco.

A gestão e a comunicação do risco (*risk management* e *risk communication*) são instrumentos fundamentais de actuação das Autoridades de Saúde e médicos de Saúde Pública, face a uma sociedade altamente mediatizada. Desta forma, recomenda-se a sua leitura.

LMA

Título: *Álcool e problemas ligados ao álcool em Portugal*

Autores: *Maria Lucília Mercês de Melo, José Barrias e João Breda*

Categoria: *Monografia*

Número de páginas: 119

Edição: *Direcção-Geral da Saúde*

Data e local de publicação: *Lisboa, 2001*

Depósito: *exemplares disponíveis no CRSPC (solicitar ao Secretariado)*

Comentários: Trata-se duma monografia que aborda aspectos fundamentais em alcoologia – desde o conceito de problemas ligados ao álcool (PLA), à etiopatogenia, epidemiologia, diagnóstico e tratamento do abuso e dependência alcoólicas.

Existe, ainda, um capítulo dedicado à prevenção dos problemas ligados ao álcool – e, nomeadamente, à prevenção primária, que assenta em 2 estratégias fundamentais: limitação da oferta e redução da procura.

Desta forma, trata-se dum texto do maior interesse em cuidados primários, pela abordagem integrada que faz dos PLA.

LMA



SAÚDE PÚBLICA AO CENTRO Nº 0 Setembro de 2004

Título: *Guias de educação e promoção da saúde*
Categoria: *Monografia*
Número de páginas: *111*
Edição: *Direcção-Geral da Saúde*
Data e local de publicação: *Lisboa, 2001*
Depósito: *exemplares disponíveis no CRSPC (solicitar ao Secretariado)*

Comentários: Nesta tradução do original em castelhano editado em 2000 pelo *semFYC* (Sociedade Espanhola de Medicina Geral e Familiar) são abordadas as várias estratégias de intervenção em educação para a saúde, relativamente aos principais determinantes em saúde – desde o exercício físico à alimentação, passando pelo tabagismo e pelo alcoolismo.

Do maior interesse para os profissionais de saúde em geral, e – em particular – para aqueles que lidam mais directamente com utentes dos serviços de saúde, é o primeiro capítulo (11 páginas de texto) intitulado “Guia 0: Guia básico para profissionais de saúde sobre o aconselhamento dirigido à mudança de estilos de vida”. Recomenda-se, pois, a sua leitura.

LMA

SITES DE INTERESSE EM SAÚDE PÚBLICA

Site: *DGS*
Endereço: *www.dgsaude.pt*
Instituição e país de origem: *Direcção-Geral da Saúde, Portugal*
Língua: *Português*
Outras línguas disponíveis: *Não tem*

Comentário: Trata-se dum *site* de interesse para todos os profissionais de saúde que trabalham em Portugal, já que dispõe, entre outros, das circulares (normativas e informativas) da Direcção-Geral, bem como de informação variada em saúde.

Dispõe, ainda, numa área reservada às Autoridades de Saúde (acesso por código de utilizador e *password*) que corresponde ao Dossiê do Internato Complementar de Saúde Pública (legislação de interesse por temas e por ano de publicação).

No entanto, parece-nos que será de agilizar este *site* e torná-lo mais funcional, sobretudo na pesquisa.

LMA

Site: *Eurosurveillance*
Endereço: *www.eurosurveillance.org*
Instituição e país de origem: *Comissão Europeia*
Língua: *Inglês (EN)*
Outras línguas disponíveis: *Castelhano (ES), francês (FR), italiano (IT) e português (PT).*

Comentário: Indispensável a qualquer médico de Saúde Pública com interesse em epidemiologia de campo. Disponíveis três edições (em inglês): semanal (*weekly*), mensal (*monthly*) e quadrimestral (*quaterly*). A edição quadrimestral está disponível em formato *PDF*.

Site: *CDC*
Endereço: *www.cdc.gov*
Instituição e país de origem: *Centers for Disease Control and Prevention, Atlanta, E.U.A.*
Língua: *Inglês*
Outras línguas disponíveis: *Castelhano (“español”)*

Comentário: Este é, provavelmente, um dos melhores *sites* em Saúde Pública, com informação acessível ao público em geral, aos profissionais de saúde e a investigadores (através de ligações a outros *sites* e bases de dados).

Extremamente agradável e funcional, está disponível – em alternativa – em língua castelhana. A incluir obrigatoriamente nos “favoritos”.

LMA

Site: *Organização Mundial de Saúde*
Endereço: *www.who.int/en*
País de origem:
Língua: *Inglês*
Outras línguas disponíveis: *Castelhano e francês*

Comentário: *Site* agradável, funcional e a incluir, igualmente, nos “favoritos”. De referir o *site* do *bureau europeu* da OMS (*www.euro.who.int*) – em inglês mas disponível, igualmente, em francês, alemão e russo.

LMA



Site: *NIH*

Endereço: www.nih.gov

Instituição e país de origem: *Department of Health and Human Services, E.U.A.*

Língua: Inglês

Outras línguas disponíveis: Castelhana ("español")

Comentário: Este *site* é da responsabilidade do governo federal dos Estados Unidos – Ministério da Saúde e da Assistência.

Apelativo do ponto de vista de imagem e funcionalidade.

LMA

Site: *HPA*

Endereço: www.hpa.org.uk

Instituição e país de origem: *Health Protection Agency, Reino Unido*

Língua: Inglês

Outras línguas disponíveis: Não tem

Comentário: Semelhante ao anterior – em finalidades (divulgação de informação relevante em saúde a profissionais e público em geral) e funcionalidade.

LMA

PROBIÓTICOS, ALIMENTAÇÃO E SAÚDE

João Breda

joaobreda@arscentro.min-saude.pt

Os consumidores modernos estão cada vez mais interessados nas relações entre alimentação, saúde e bem-estar. O papel essencial que os alimentos desempenham na manutenção de uma boa saúde, bem como o seu papel na prevenção e até tratamento de determinadas doenças tem vindo a ser clarificado nos últimos anos por numerosos estudos.

Com o desenvolvimento da ciência, surgem novos tipos de alimentos, os alimentos funcionais, que além de oferecerem muitos nutrientes elementares, apresentam acções benéficas e específicas, tal como reduzir o risco de doenças e potenciar funções fisiológicas.

A microflora do tracto intestinal é um complexo ecossistema que realiza um conjunto de actividades de interesse para a saúde. Existem mais de 400 espécies de bactérias no tracto intestinal, sendo a maioria composta por microrganismos de que dependem a saúde e o bem-estar do hospedeiro. O desenvolvimento da microflora intestinal ocorre por fases ao longo da vida, sendo influenciada pela dieta, estado de saúde e condições do ambiente.

À medida que os alimentos são introduzidos na dieta a microflora intestinal torna-se mais complexa e diversificada. Embora os seres humanos tenham em comum um padrão de composição, todos os indivíduos possuem a sua própria microflora.

Um correcto funcionamento do tubo digestivo é importante para a saúde e bem-estar. A conjugação de uma vida moderna com muito stresse e a agressão de factores ambientais como uma alimentação desequilibrada, medicamentos (antibióticos) ou doenças, pode afectar negativamente a composição e/ou a fisiologia da microflora digestiva, que por sua vez pode alterar negativamente todo o tubo digestivo.



No que se refere à Segurança Alimentar a nossa maior preocupação foi a prevenção de toxinfecções alimentares.

Ainda sobre esta matéria e para que nada falhasse investiu-se em pleno nas vistorias a estabelecimentos de restauração e bebidas e outros do ramo alimentar, tendo sido realizadas neste contexto 3028 vistorias, sendo certo que a nossa intenção foi principalmente de índole pedagógica, condicionando a posteriores mudanças de atitudes nos operadores de restauração, que nos satisfaz verificar.

Relativamente aos Alojamentos Turísticos (hotéis/pensões), investimos na divulgação de panfletos e brochuras sobre temas considerados de interesse nomeadamente “Doença dos Legionários - Prevenção e Controle”, “Orientações para Gestores e Operadores de Piscinas”, “Cuidados a ter na Utilização das Piscinas” e “Medidas de Cuidados de Protecção da Saúde a Exposição Excessiva a Temperaturas Elevadas”, publicações da responsabilidade deste serviço.

Foram igualmente feitas 232 vistorias a estes estabelecimentos, incluindo aqui os parques de campismo, tendo sido priorizados aqueles que pelas suas características ou localização poderiam ter maior afluência.

Quanto às Zonas de Desporto e Lazer foram realizadas 444 vistorias na Região Centro, ficando assegurado que estes locais cumpririam a legislação aplicável.

Todo este trabalho, pouco ou nada visível em termos mediáticos, visou garantir à população residente e visitante as melhores condições para a não ocorrência de episódios que poderiam ter graves consequências tanto a nível da saúde das pessoas como para a imagem do nosso país no exterior.

Simultaneamente decorreram acções de formação em Segurança Alimentar para profissionais de Saúde Pública (Médicos e Técnicos de Saúde Ambiental), assim como várias acções desenvolvidas a nível local para profissionais do ramo da restauração.

Nada houve de relevante que tivesse de facto ensombrado este evento desportivo mas pensamos que tal facto se deveu em parte aos esforços dos profissionais da saúde pública, que com tanto zelo vigiaram alguns pontos-chave para que tudo corresse bem.

O EURO 2004 teve, entre outras, a grande vantagem de ter mobilizado as pessoas de uma forma pouco comum, exacerbando o nosso patriotismo de uma tal forma que pensamos não haver nenhum português que não tenha sentido orgulho na sua Nação; contudo, o profissionalismo e brio que investimos neste projecto deverá perdurar, pois ainda temos muito para fazer e muitos EURO(S) pela frente...

MAIS QUALIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR - uma necessidade premente

Sónia Veloso

soniaveloso@arscentro.min-saude.pt

As doenças de origem alimentar são um dos problemas em Saúde Pública que carecem de maior intervenção no mundo contemporâneo. Segundo a OMS, estima-se que nos países desenvolvidos, cerca de 30% da população seja afectada anualmente por toxinfecções alimentares.

Actualmente, questões como a Segurança Alimentar assumem particular importância devido às mudanças significativas do estilo de vida das populações. O stress laboral retira-nos o prazer das refeições caseiras, obrigando-nos a comer fora de casa ou mesmo utilizar alimentos pré-confeccionados ou cozinhados.

Também os factores ambientais e a poluição em geral, as contaminações de água, ar e solo podem influenciar a qualidade e segurança dos alimentos ao longo da cadeia alimentar, ao que se deve ainda acrescentar o recurso a novas tecnologias (distribuições de longo curso e em massa, novos processos produtivos, ou mesmo o recurso abusivo de técnicas menos seguras - antibióticos, pesticidas, aditivos).

Todos estes factores, conjugados com a carência de formação/sensibilização por parte dos operadores do sector alimentar (manipuladores de alimentos e responsáveis), constituem condições ideais para a eclosão de afecções alimentares.



As toxinfecções alimentares surgem, regra geral, de um encadeamento de factores com origem numa ou várias fontes de contaminação, sendo o manipulador de alimentos um elemento chave neste processo; por higiene pessoal inadequada, manipulação incorrecta, confecção ou aquecimento inadequado, utilização de alimentos deteriorados e também quando não tem em consideração o seu estado de saúde ou doença, tornando-se um potencial “contaminador” dos alimentos.

Por imperativo legal, “as empresas do sector alimentar devem identificar todas as fases das suas actividades de forma a garantir a segurança dos alimentos e velar pela criação, aplicação, actualização e cumprimento de procedimentos de segurança adequados”, (Decreto Lei n.º 67/98 de 18 de Março), ou seja, devem ser aplicadas metodologias preventivas de autocontrolo, das quais o HACCP (*Hazard Analysis and Critical Control Point* - Análise de Perigos e Controlo de Pontos Críticos) é a mais conhecida. É assim exigido aos operadores do sector alimentar, uma responsabilização na garantia da segurança dos alimentos fornecidos.

O HACCP pretende prevenir a ocorrência de potenciais problemas para a segurança alimentar através da identificação dos perigos inerentes a um produto ou processo, determinando os passos necessários que irão controlar os perigos identificados, e implementando práticas activas de controlo que assegurem que os perigos são eliminados ou minimizados.

Este sistema, representa uma importante ferramenta, para a protecção alimentar, suportada por procedimentos operacionais, colaboradores treinados e outros pré-requisitos que as pequenas, médias e grandes empresas podem implementar de modo a conseguir gerir satisfatoriamente o controlo dos perigos associados aos alimentos.

Todos os profissionais com responsabilidades nesta matéria, devem contribuir para a minimização deste problema e assumir um papel activo e de carácter preventivo na vigilância sanitária dos géneros alimentícios. Para tal, deverão promover a implementação de sistemas de autocontrolo, visando consciencializar os operadores do sector alimentar, evitando a contaminação ao longo da cadeia alimentar “do prado ao prato”, em consonância com a aplicação de Programas de Educação para a Saúde, tendo sempre como meta o alcance de “Mais

Qualidade e Segurança Alimentar – uma necessidade premente”.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

O *Boletim do CRSPC* aceita para publicação artigos de revisão e de investigação (publicados em separata científica), na área da Saúde Pública e áreas afins, bem como artigos de opinião e cartas ao Director.

Os **artigos originais** submetidos para publicação, serão submetidos a apreciação prévia pelo Conselho Redactorial, que poderá solicitar os pareceres científicos necessários junto da Assessoria Científica – exceptuam-se os artigos de opinião e as cartas ao Director, desde que pautados pela civilidade e pertinência.

Os artigos devem ser estruturados da seguinte forma, não devendo ultrapassar 12 páginas a 2 espaços: 1. Página de título; 2. Resumo; 3. Introdução; 4. Material e métodos; 5. Resultados; 6. Discussão; 7. Bibliografia; 8. Legendas; 9. Figuras; 10. Quadros.

A *página de título* deve conter, além do título (e, eventualmente, sub-título) sem abreviaturas, elucidativo e conciso, a identificação do autor (nome profissional), serviço ou instituição onde exerce e contactos (nomeadamente *e-mail*).

O *resumo*, em português e em inglês, não deve ultrapassar as 200 palavras. A redacção encarrega-se, caso seja solicitado, de traduzir o resumo para inglês.

A *bibliografia* deve obedecer à norma de Vancouver e deve ser referenciada por ordem de aparecimento no texto em numeração árabe (superior à linha).

Os originais dos artigos, escritos em português ou inglês, devem ser enviados em disquete de 3,5” acompanhados de 1 cópia impressa enviada para Centro Regional de Saúde Pública do Centro, Rua Augusta, 27-1º 3000-061 Coimbra ou por correio electrónico para o endereço crsp.centro@arscentro.min-saude.pt (“ao cuidado do Secretariado do Boletim”).



SAÚDE PÚBLICA AO CENTRO

boletim do centro regional de saúde pública do centro

Destaques para o próximo número:

AS ALGAS PRODUTORAS DE TOXINAS E SUA INFLUÊNCIA NA SAÚDE

(Ana Félix)

AVALIAÇÕES DE INCAPACIDADE NA REGIÃO CENTRO: a experiência de 2003

(António Morais)

ÁGUA: O RISCO DE UM RECURSO (Cristina Santos)

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA NO ÂMBITO DO EURO 2004 (Eugénio Cordeiro)

TABACO E AMBIENTE (Isabel Lança)

EDIÇÃO:

Centro Regional de Saúde Pública do Centro
R. Augusta, nº 27-1º
3000-061 Coimbra
Telefone 239 488 080 Fax 239 483 077

Endereço electrónico: crsp.centro@arscentro.min-saude.pt

